

Alerta Legislação nº 44, de 30 out. a 04 nov. 2017

Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo / Casa Civil

<http://www.casacivil.sp.gov.br/biblioteca-ccivil/home.asp>

DESTAQUES

Governo Federal

- **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 807, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017**
Altera a [Lei nº 13.496, de 24 de outubro de 2017](#), que institui o Programa Especial de Regularização Tributária - Pert na Secretaria da Receita Federal do Brasil e na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.
- **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 806, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017**
Dispõe sobre o Imposto sobre a Renda incidente sobre as aplicações em fundos de investimento.
- **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 805, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017**
Posterga ou cancela aumentos remuneratórios para os exercícios subsequentes, altera a [Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990](#), que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, e a [Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004](#), quanto à alíquota da contribuição social do servidor público e a outras questões.
- **DECRETO Nº 9.188, DE 1º.11.2017**
Estabelece regras de governança, transparência e boas práticas de mercado para a adoção de regime especial de desinvestimento de ativos pelas sociedades de economia mista federais.

LEGISLAÇÃO FEDERAL

PUBLICAÇÃO DOU	SUPERIOR
03/11/2017	<u>LEI Nº 13.502, DE 1º.11.2017</u> Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; altera a Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016 ([*]); e revoga a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003 (^{**}), e a Medida Provisória nº 768, de 2 de fevereiro de 2017 (^{***}) Mensagem de veto ([*]) Cria o Programa de Parcerias de Investimentos - PPI; altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e dá outras providências. (^{**}) Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. (^{***}) Cria a Secretaria-Geral da Presidência da República e o Ministério dos Direitos Humanos, altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.

	<p><u>DECRETO Nº 9.191, DE 1º.11.2017</u> Estabelece as normas e as diretrizes para elaboração, redação, alteração, consolidação e encaminhamento de propostas de atos normativos ao Presidente da República pelos Ministros de Estado.</p> <p><u>DECRETO Nº 9.190, DE 1º.11.2017</u> Regulamenta o disposto no art. 20 da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998 (*) <i>(*)Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências.</i></p> <p><u>DECRETO Nº 9.189, DE 1º.11.2017</u> Altera o Decreto nº 7.689, de 2 de março de 2012, que estabelece, no âmbito do Poder Executivo federal, limites e instâncias de governança para a contratação de bens e serviços e para a realização de gastos com diárias e passagens.</p> <p><u>DECRETO Nº 9.188, DE 1º.11.2017</u> Estabelece regras de governança, transparência e boas práticas de mercado para a adoção de regime especial de desinvestimento de ativos pelas sociedades de economia mista federais.</p> <p><u>DECRETO Nº 9.187, DE 1º.11.2017</u> Regulamenta a prorrogação das concessões de geração de energia termelétrica de que trata a Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, e dá outras providências.</p> <p><u>DECRETO Nº 9.186, DE 1º.11.2017</u> Dispõe sobre a composição, a estruturação, as competências e o funcionamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável.</p>
<p>Edição Extra 30/11/2007</p>	<p><u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 807, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017</u> Altera a Lei nº 13.496, de 24 de outubro de 2017, que institui o Programa Especial de Regularização Tributária - Pert na Secretaria da Receita Federal do Brasil e na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.</p>
<p>31/10/2017</p>	<p><u>LEI Nº 13.501, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017</u> Altera o art. 2º da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, para incluir o aproveitamento de águas pluviais como um de seus objetivos.</p> <p><u>DECRETO Nº 9.184, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017</u> Promulga a Decisão Mercosul/CMC/ DEC. nº 12/10, que estabelece a Estrutura do Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos, aprovada na XXXIX Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum, em San Juan, em 2 de agosto de 2010.</p>
<p>Edição Extra 30/10/2007</p>	<p><u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 806, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017</u> Dispõe sobre o Imposto sobre a Renda incidente sobre as aplicações em fundos de investimento.</p>

	<p><u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 805, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017</u> Posterga ou cancela aumentos remuneratórios para os exercícios subsequentes, altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, e a Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, quanto à alíquota da contribuição social do servidor público e a outras questões.</p>
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 6.366, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017</u> Autoriza a revisão das tarifas dos serviços postais e telegráficos, nacionais e internacionais, prestados exclusivamente pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.</p>
Ministério da Defesa (MD)	<p>COMANDO DA AERONÁUTICA (COMAER) → Gabinete do Comandante (GABAER) <u>PORTARIA Nº 1.599/GC3, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017</u> Fixa índices para reajuste dos valores das Tarifas de Uso das Comunicações e dos Auxílios à Navegação Aérea em Rota (TA N) .</p> <p>COMANDO DA MARINHA (CM) → Diretoria-Geral de Navegação (DGN) → Diretoria de Portos e Costas (DPC) <u>PORTARIA Nº 308/DPC, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017</u> Aprova as Normas da Autoridade Marítima para Obras, Dragagens, Pesquisa e Lavra de Minerais Sob, Sobre e às Margens das Águas Jurisdicionais Brasileiras - NORMAM-11/DPC (1a Revisão).</p> <p><u>PORTARIA Nº 307/DPC, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017</u> Altera as Normas da Autoridade Marítima para Operação de Embarcações Estrangeiras em Águas Jurisdicionais Brasileiras - NORMAM 04/DPC (1ª Revisão).</p> <p><u>PORTARIA Nº 306/DPC, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017</u> Altera as Normas da Autoridade Marítima para Tráfego e Permanência de Embarcações em Águas Jurisdicionais Brasileiras - NORMAM-08/DPC (1a Revisão).</p>
Ministério da Educação	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 1.383, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017</u> Aprova, em extrato, os indicadores do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação para os atos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento nas modalidades presencial e a distância do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - Sinaes.</p> <p><u>PORTARIA Nº 1.382, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017</u> Aprova, em extratos, os indicadores dos Instrumentos de Avaliação Institucional Externa para os atos de credenciamento, recredenciamento e transformação de organização acadêmica nas</p>

	<p>modalidades presencial e a distância do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - Sinaes.</p> <p>SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (SETEC) <u>PORTARIA Nº 49, DE 27 DE OUTUBRO DE 2017</u> Dispõe sobre o empenho e a transferência de recursos orçamentários e financeiros do ano de 2017 para garantir o fomento e a execução de ações da Bolsa-Formação, no âmbito do Pronatec.</p>
<p>Ministério da Fazenda (MF)</p>	<p>SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (RFB) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.754, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017</u> Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.711, de 16 de junho de 2017, que regulamenta o Programa Especial de Regularização Tributária (Pert), instituído pela Medida Provisória nº 783, de 31 de maio de 2017, no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB).</p> <p><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.753, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017</u> Dispõe sobre os procedimentos para anular os efeitos dos atos administrativos emitidos com base em competência atribuída por lei comercial que contemplem modificação ou adoção de novos métodos ou critérios contábeis.</p>
<p>Ministério da Saúde (MS)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 2.920, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017</u> Altera as Portarias de Consolidação nº 5/GM/MS e 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para inclusão do Programa de Informatização das Unidades Básicas de Saúde - PIUBS.</p> <p><u>PORTARIA Nº 2.883, DE 27 DE OUTUBRO DE 2017</u> Suspende a transferência de recursos financeiros do Componente de Vigilância Sanitária, do Bloco de Vigilância em Saúde, a Municípios irregulares quanto ao cadastro dos serviços de vigilância sanitária no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES) e quanto à informação da produção da vigilância sanitária no Sistema de Informação Ambulatorial (SIA/SUS).</p> <p>AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) → Gerência-geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária <u>RESOLUÇÃO - RE Nº 2.893, DE 27 DE OUTUBRO DE 2017</u> (...) Art. 1º Proibir a fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso de TODOS OS PRODUTOS fabricados pela empresa Maxlim Indústria e Comércio de Produtos de Limpeza LTDA (CNPJ 18.234.457/0001-26). (...)</p> <p><u>RESOLUÇÃO - RE Nº 2.892, DE 27 DE OUTUBRO DE 2017</u> (...) Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a proibição da fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso do produto ATIVADO LAGOS CLEAN 1000, fabricado pela empresa LAGOS QUÍMICA LTDA, CNPJ 64.398.159/0001-99, localizada na Avenida Alberto Vieira Romão,</p>

	<p>nº 500 - Distrito Industrial, CEP: 37.130-000 - Alfenas/MG. (...)</p> <p><u>RESOLUÇÃO - RE Nº 2.891, DE 27 DE OUTUBRO DE 2017</u> (...)</p> <p>Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a proibição da distribuição, divulgação, comercialização e uso do produto BASE EIMOL 40, fabricado no período de 19/10/2016 a 26/06/2017, pela empresa LAGOS QUÍMICA LTDA, CNPJ: 64.398.159/0001-99, localizada na Avenida Alberto Vieira Romão, nº 500 - Distrito Industrial, CEP: 37.130-000 - Alfenas/MG. (...)</p> <p><u>RESOLUÇÃO-RE Nº 2.890, DE 27 DE OUTUBRO DE 2017</u> (...)</p> <p>Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo território nacional, a suspensão de todas as publicidades do produto BOTOX MASK CONTROL MADAME HAIR PROFISSIONAL, regularizado pela empresa FRIELO DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS LTDA (CNPJ 13.647.062/0001-31), que atribuem finalidade alisante a este cosmético sem notificação na Anvisa. (...)</p> <p><u>RESOLUÇÃO - RE Nº 2.889, DE 27 DE OUTUBRO DE 2017</u> (...)</p> <p>Art. 1º Proibir a fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso de TODOS OS PRODUTOS fabricados pela empresa Levo & D"Casa Produtos de Limpeza LTDA - ME (CNPJ 17.635.143/0001-72). (...)</p> <p><u>RESOLUÇÃO - RE Nº 2.888, DE 27 DE OUTUBRO DE 2017</u> (...)</p> <p>Art. 1º Proibir a fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso de TODOS OS PRODUTOS fabricados pela empresa Bruno Alexandre Alves Barbosa - ME (CNPJ 07.595.940/0001-10). (...)</p> <p><u>RESOLUÇÃO - RE Nº 2.887, DE 27 DE OUTUBRO DE 2017</u> (...)</p> <p>Art. 1º Proibir a distribuição e comercialização, em todo o território nacional, de todos os produtos listados no Anexo I e Anexo II desta Resolução, fabricados pela empresa La Famiglia Alimentos Ltda , CNPJ 18.467.441/0001-63, situada na rua Pernambuco, 49, Jardim da Varzea, Santana de Parnaíba/SP distribuído por Nacom Goya Ind. e Com. de Alimentos Ltda CNPJ 41.724.241/0001-78, situada na Rua Guanabara, no. 385, Jardim Represa, Santana de Parnaíba/SP. (...)</p>
<p>Ministério das Cidades (MCidades)</p>	<p><u>CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN)</u> <u>DELIBERAÇÃO Nº 163, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017</u> Dispõe sobre a uniformização dos procedimentos administrativos para imposição das penalidades de suspensão do direito de dirigir e de cassação do documento de habilitação, bem como do curso preventivo de reciclagem, previstos, respectivamente, nos art. 261, incisos I e II; art. 263, e §§ 5º, 6º e 7º do art. 261, do Código de</p>

	<p>Trânsito Brasileiro (CTB).</p> <p><u>RESOLUÇÃO Nº 712, DE 25 DE OUTUBRO DE 2017</u> Institui o Certificado Eletrônico de Registro de Veículo - CRVe, a Autorização Eletrônica para Transferência de Propriedade de Veículo - ATPVe e estabelece orientações e procedimentos a serem adotados para o preenchimento e autenticação da ATPV e realização da comunicação de venda de veículo de que trata o art. 134 do Código de Trânsito Brasileiro - CTB.</p> <p><u>RESOLUÇÃO Nº 711, DE 25 DE OUTUBRO DE 2017</u> Estabelece conteúdo mínimo do Manual Básico de Segurança no Trânsito.</p> <p><u>RESOLUÇÃO Nº 710, DE 25 DE OUTUBRO DE 2017</u> Regulamenta os procedimentos para a imposição da penalidade de multa à pessoa jurídica proprietária do veículo por não identificação do condutor infrator (multa NIC), nos termos do art. 257, § 8º do Código de Trânsito Brasileiro.</p> <p><u>RESOLUÇÃO Nº 709, DE 25 DE OUTUBRO DE 2017</u> Dispõe sobre a publicação na internet dos nomes e códigos dos agentes e autoridades de trânsito, bem como os convênios de fiscalização de trânsito celebrados pelos órgãos e entidades executivos de trânsito.</p>
<p>Ministério de Minas e Energia (MME)</p>	<p>AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL) <u>RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 789, DE 24 DE OUTUBRO DE 2017</u> Aprova as Regras de Comercialização de Energia Elétrica aplicáveis ao Sistema de Contabilização e Liquidação - SCL, relativas ao Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficit de Energia Nova - MCSDEN</p>
<p>Ministério do Desenvolvimento Social</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 446, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017</u> Aprova a reformulação do orçamento do Serviço Social da Indústria - SESI para o exercício de 2017.</p> <p><u>PORTARIA Nº 445, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017</u> Aprova a reformulação do orçamento do Serviço Social do Comércio - SESC para o exercício de 2017.</p> <p><u>PORTARIA Nº 444, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017</u> Aprova a reformulação do orçamento do Serviço Social do Transporte - SEST para o exercício de 2017.</p>
<p>Ministério do Meio Ambiente (MMA)</p>	<p>GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>PORTARIA Nº 409, DE 27 DE OUTUBRO DE 2017</u> Institui a Comissão de Organização da 7ª Conferência Internacional sobre Incêndios Florestais - Wildfire 2019.</p>

<p>Ministério do Turismo (MTur)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 228, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017</u> Altera a Portaria nº 39, de 10 de março de 2017, que estabelece regras e critérios para a formalização de instrumentos de transferência voluntária de recursos, para execução de projetos e atividades integrantes do Programa Turismo e respectivas Ações Orçamentárias, e dá outras providências.</p>
<p>Publicação DOE-SP</p>	<p>SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO</p>
<p>PUBLICAÇÃO DOE</p>	<p>LEGISLAÇÃO SUPERIOR</p>
<p>02/11/2017</p>	<p>LEI Nº 16.566, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017 Classifica como de Interesse Turístico os Municípios que especifica</p>
<p>01/11/2017</p>	<p><u>DECRETO Nº 62.908, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017</u> Cria, na Secretaria da Saúde, diretamente subordinado à Coordenadoria de Serviços de Saúde, o Centro de Reabilitação Lucy Montoro, de Sorocaba, e dá providências correlatas</p> <p><u>DECRETO Nº 62.907, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017</u> Cria, na Secretaria da Saúde, diretamente subordinado à Coordenadoria de Serviços de Saúde, o Serviço de Reabilitação Lucy Montoro, de Botucatu, e dá providências correlatas</p> <p><u>DECRETO Nº 62.906, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017</u> Dispõe sobre a implantação e formalização do Plano de Contingência para a Serra do Mar na região do Polo Industrial de Cubatão, extingue a Comissão Especial de que trata o Decreto nº 38.788, de 17 de junho de 1994, e dá providências correlatas</p>
<p>31/10/2017</p>	<p><u>DECRETO Nº 62.903, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017</u> Dá nova redação a dispositivos do Decreto nº 58.150, de 21 de junho de 2012 (*) (*) <i>Altera a denominação do Departamento de Identificação e Registros Diversos da Polícia Civil - DIRD para Departamento de Capturas e Delegacias Especializadas - DECADE, dispõe sobre sua organização e dá providências correlatas</i></p> <p><u>DECRETO Nº 62.900, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017</u> Altera o Decreto nº 62.790, de 16-08-2017, que isenta do ICMS operações com bens ou mercadorias comercializados na Feira Escandinava</p> <p><u>DECRETO Nº 62.899, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017</u> Altera o Decreto 57.686, de 27 de dezembro de 2011, que disciplina a concessão de regime especial para apropriação e utilização de crédito acumulado do ICMS nas hipóteses que especifica</p> <p><u>DECRETO Nº 62.898, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017</u> Introduz alteração no Regulamento do Imposto sobre Operações</p>

	<p>Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS</p> <p><u>DECRETO Nº 62.897, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017</u> Introduz alteração no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS</p>
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (SDECTI)	<p>CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA (CEETEPS) → Gabinete do Diretor-Superintendente (GDS) <u>PORTARIA CEETEPS-GDS 1945, DE 31-10-2017</u> Estabelece normas para a concessão de redução do pagamento da taxa de inscrição para o Processo Seletivo Vestibulinho - 1º Semestre de 2018, das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS</p>
Educação (SE)	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SE-51, DE 1º-11-2017</u> Dispõe sobre o cumprimento do disposto na Deliberação CEE 138/2016, quanto ao processo de autorização de funcionamento e supervisão de estabelecimentos de ensino e cursos da rede privada de ensino presencial, nos diferentes níveis e modalidades, integrantes do Sistema Estadual de Ensino de São Paulo</p>
Fazenda (SF)	<p>COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA (CAF) <u>PORTARIA CAF-G 00030, DE 30-10-2017</u> [...] Art. 1º - Os vencimentos, salários e proventos dos servidores ativos e inativos do Poder Executivo, referente ao mês de OUTUBRO/2017 cujo processamento está afeto ao Departamento de Despesa de Pessoal do Estado - DDPE estarão disponíveis na rede bancária obedecendo a seguinte escala: Dia 07-11-2017 - Celetistas; Dia 08-11-2017 - Órgãos subordinados ao Gabinete do Governador, Secretarias de Estado e Pensões Especiais. [...]</p>

<p>Governo (SG)</p>	<p>AGÊNCIA REGULADORA DE SANEAMENTO E ENERGIA DO ESTADO DE SÃO PAULO (ARESP) <u>PORTARIA CONJUNTA ARTESP/DAESP 01, DE 27-10-2017</u> Disciplina as atribuições da ARTESP e do DAESP nos procedimentos de regulação e fiscalização da execução dos serviços de exploração, ampliação e manutenção da infraestrutura dos complexos aeroportuários, objeto do Contrato de Concessão ARTESP/DAESP 0356/ARTESP/2017.</p>
<p>Meio Ambiente (SMA)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SMA-139, DE 31-10-2017</u> Dispõe sobre a aplicação das sanções decorrentes dos procedimentos licitatórios e dos contratos administrativos no âmbito da Secretaria de Estado do Meio Ambiente</p> <p><u>RESOLUÇÃO SMA - 138, DE 30-10-2017</u> Acrescenta e altera dispositivos à Resolução SMA 51, de 31-05-2016, que disciplina o procedimento de conversão de multa administrativa simples em serviço ambiental</p>
<p>Defensoria Pública do Estado (DPE)</p>	<p>DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO (DPG) <u>ATO NORMATIVO DO DEFENSOR PÚBLICO GERAL 130, DE 31-10-2017</u> Dispõe sobre a definição e os critérios de apuração e avaliação dos indicadores globais e específicos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo para fins de pagamento da Bonificação por Resultados a seus servidores a que se refere a Lei Complementar 1.219, de 21-11-2013.</p>
<p>Publicação DOE - Legislativo</p>	<p>SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO</p>
<p>02/11/2017</p>	<p><u>PROJETO DE LEI Nº 1007, DE 2017</u> Classifica Brejo Alegre como Município de Interesse Turístico. DOE, Legislativo, 02/11/2017, p. 7</p>
<p>01/11/2017</p>	<p>PROPOSTAS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO <u>PROPOSTA DE EMENDA Nº 7, DE 2017, À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO</u> Inclui parágrafos no artigo 162 da Constituição do Estado. (...) "Artigo 162 - ... § 1º - O Estado poderá firmar convênios com os municípios, incumbindo-os de prestar informações e coligir dados, em especial os relacionados com o trânsito de mercadorias ou produtos, com vista a resguardar o efetivo ingresso de tributos estaduais, nos quais tenham participação, assim como deverá informar às municipalidades, os dados das operações com cartões de crédito e outros, para fins de fiscalização e de recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, como disposto no Código Tributário Nacional.</p>

	<p>§ 2º - O fornecimento das informações disponíveis para os municípios se dará de forma continuada, por meio eletrônico, contendo o rol de todas as operações com cartões de crédito, de débito e outros, ocorridas em seus respectivos territórios, por administradora de cartões, na forma dos convênios." (NR) (...) DOE, Legislativo, 01/11/2017, p. 11</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 1004, DE 2017</u> Autoriza o Poder Executivo a desapropriar e declarar como de especial interesse social, para fins de construção de moradias, a área da Ocupação "Povo Sem Medo", em São Bernardo do Campo", e dá providências correlatas. DOE, Legislativo, 01/11/2017, p. 11</p>
<p>Publicação DO - Cidade</p>	<p>SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL</p>
<p>02/11/2017</p>	<p><u>LEI Nº 16.737, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017</u> (Projeto de Lei nº 902/13, do Vereador Jair Tatto – PT) Altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir a Semana Municipal para Conscientização e Prevenção Contra Desastres Associados a Fenômenos Naturais e à Ocupação Urbana, a ocorrer anualmente na segunda semana do mês de outubro, e dá outras providências</p> <p><u>LEI Nº 16.736, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017</u> (Projeto de Lei nº 79/16, dos Vereadores Toninho Vespoli – PSOL, Eduardo Matarazzo Suplicy – PT e Sâmia Bomfim – PSOL) Dispõe sobre a obrigatoriedade da construção ou adaptação de fraldários acessíveis aos frequentadores de <i>shopping centers</i> e estabelecimentos similares, e dá outras providências.</p> <p><u>LEI Nº 16.735, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017</u> (Projeto de Lei nº 532/13, dos Vereadores Mario Covas Neto – PSDB, Aurélio Nomura – PSDB, Coronel Telhada – PSDB, Eduardo Tuma – PSDB, Floriano Pesaro – PSDB e Gilson Barreto – PSDB) Institui o Programa Casa Paulistana e dá outras providências.</p> <p><u>LEI Nº 16.734, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017</u> (Projeto de Lei nº 338/17, da Vereadora Rute Costa – PSD) Autoriza recarga dos cartões bilhete único em farmácias, drogarias, casas lotéricas, bancas de jornal, bares e restaurantes.</p> <p><u>LEI Nº 16.733, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017</u> (Projeto de Lei nº 208/15, do Vereador Toninho Paiva – PR) Altera o § 2º do art. 9º da Lei nº 10.365, de 22 de setembro de 1987, acrescido pela Lei nº 16.137, de 16 de março de 2015, e dá outras providências. (...) Art. 1º O § 2º do art. 9º da Lei nº 10.365, de 22 de setembro de 1987, acrescido pela Lei nº 16.137, de 16 de março de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 9º § 2º Poderá o responsável pela unidade administrativa referida no</p>

“caput” deste artigo delegar ao Engenheiro Agrônomo, ao Biólogo ou ao Engenheiro Florestal a competência para autorizar a supressão da vegetação de porte arbóreo e os serviços de poda de árvores situadas em logradouros públicos.” (NR)
(...)

LEI Nº 16.732, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017

(Projeto de Lei nº 390/17, da Vereadora Adriana Ramalho – PSDB)
Institui o Programa Tempo de Despertar, que dispõe sobre a reflexão, conscientização e responsabilização dos autores de violência doméstica e grupos reflexivos de homens, e dá outras providências.

SUPLEMENTO

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO - SGP-4
OFÍCIOS RECEBIDOS PARA PUBLICAÇÃO
PLANO PLURIANUAL 2018-2021

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa
mariaisa@sp.gov.br

Marcelo Conti
mconti@sp.gov.br

Mauro Sérgio Nascimento da Silva
maurosilva@sp.gov.br

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo / Casa Civil

(11) 2193-8107 e 2193-8144

ccivil@sp.gov.br

Biblioteca

Cancelamento:

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor encaminhar solicitação de cancelamento para ccivil@sp.gov.br ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107